

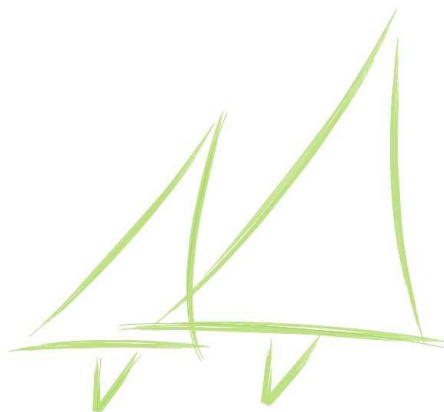
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUESTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



110 - O ESTADO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL SOB FORMA COOPERATIVA.

O estado, os blocos econômicos e as cooperativas

Edson Luiz Doncatto

donedson@terra.com.br

Unimed Nordeste-RS - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda

Resumo

Sabemos que a geração de trabalho, renda e produção de riqueza é o resultado das ações dos grupos econômicos na iniciativa privada e dos investimentos do setor público naquilo que compete às suas obrigações constitucionais.

A iniciativa privada atua pelo interesse de seus grupos econômicos e o setor público investe em infra-estrutura e serviços. A iniciativa privada produz riqueza e o setor público arrecada tributos e impostos devolvendo à sociedade sob diversas formas. O estado é um importante agente de geração de trabalho, tanto na esfera federal, estadual e municipal.

Tanto na iniciativa privada como no serviço público, os postos de trabalho são limitados. Há um crescimento populacional maior do que as oportunidades de trabalho. A necessidade de qualificação profissional também vai limitando o acesso ao trabalho e aumenta o número de pessoas excluídas deste mercado.

Nos serviços públicos, a quantidade de leis, regras, normas, de âmbito municipal, estadual e federal, limitam o espaço dos gestores municipais no sentido de criarem alternativas para a inclusão das pessoas no mercado de trabalho. Atualmente os gestores municipais são meros executores de normas pré-estabelecidas em órgão estaduais e federais, inibindo ações simples como oportunizar e estimular que cooperativas de trabalho prestem serviços públicos.

A globalização é uma avalanche que atropela a tudo e a todos, restando apenas às iniciativas locais, dar a resposta firme e decisiva para enfrentar o desafio de incluir as pessoas no mercado de trabalho, quer sob a forma autônoma, associativa ou cooperativa.

Para que isto ocorra, não basta ficarmos esperando que pessoas, excluídas do mercado de trabalho e desorganizadas, consigam reunir-se e enfrentar o desafio de arrumar um posto de trabalho.

Na opinião do autor, os gestores municipais, podem e devem criar condições para que os cidadãos se organizem, sob a forma associativa ou cooperativa e recuperem a auto-estima e façam a sua inclusão social através do trabalho.

As diversas formas de inclusão social, que tipos de atividades poderão vir a ser estimuladas pelo gestor municipal e como executa-las é o desafio que o autor apresenta para reflexão atual e futura.

Palavras-chave:

Gestão municipal – cooperativas de trabalho – inclusão social

Abstract

SUBJECT: The state, the economic blocks and cooperatives.

TITLE: The state as an agent of development and social inclusion in the form of cooperative.

We all know that the generation of employment and income and production of wealth occur as a result of the actions of economic groups, in private initiative and investment from the public sector with regard to their constitutional obligations.

The private initiative goes by interests of their economic groups and the state in turn, collects the taxes and contributions of the population, return them to society through the provision of services in health, safety, education, construction of infrastructure, legal assistance and many others. The State is also an important agent for generation of employment, because there are a large number of people providing services to public agencies needed to carry out its tasks.

Both in private initiative as in public services, jobs are limited because population growth is faster than job opportunities. Besides the numerical fact there is a fact even worse, that is the difficulty of people to qualify or improve themselves, to enter the labour market, producing a mass population that we might call social rejects.

In public services, standards and constitutional rules, simply turn the public managers, especially the mayors, in mere executors of pre-established standards, with a high paternalistic and assistance commitment all the time.

There is no space to create solutions or encouraging that excluded people involve in the form of cooperative, to resolve a basic question that is your very survival.

Globalization itself is an avalanche that runs over everyone and everything, unless, locally, each community decides to face the challenge of social inclusion by creating jobs in the form of cooperative.

For that to happen, it's not enough wait just one group of people to come together and find how they will face the challenge of unemployment.

In the opinion of the author, the public agencies, mainly in the municipalities, the mayor and the representative entities of the community, without the assistance character and without political partisan focus, can create conditions to citizens be organised in the form assoaciative or cooperative and recover self esteem, making their social inclusion and feeling they are genuine citizens through work. The various conditions, the forms of inclusion, what kind of activity can be developed, how the mayor can act, which are the immediate actions to be adopted, who embrace them and how, is part of the author's work.

Key-words:

Municipal Manager - Cooperative Work - Social Inclusion

Introdução:

A inclusão social através da inserção do indivíduo no mercado de trabalho para as pessoas que estão em situação de desvantagem competitiva é o grande desafio da sociedade atual.

Diante do acelerado avanço tecnológico e do grau de capacitação necessário aos trabalhadores para lidar com esta tecnologia no mercado de trabalho, produz a cada ano, um número crescente de pessoas que vão sendo excluídas desta competição. Alguns são considerados com incapacidade funcional, outros como refugos sociais e outros como inválidos sociais, pois não conseguem competir no mercado de trabalho, e por isto ficam na dependência de programas sociais para o sua subsistência.

Uma parcela da população já está trabalhando e produzindo o seu sustento, através de um emprego, ou de uma atividade autônoma ou associativa, enquanto outros são funcionários públicos, porém a quantidade de pessoas excluídas do mercado de trabalho, aumenta a cada dia que passa. Ao mesmo tempo, todos os anos, mais pessoas aportam ao mercado de trabalho, em todos os níveis. Como o perfil do trabalho mudou, com as novas tecnologias, aos trabalhadores são exigidos mais preparo e competência competitiva.

Sem trabalho e sem renda é impossível que qualquer pessoa, possa sentir-se um cidadão ou cidadã e muito menos sentir-se socialmente incluída, sem o acesso ao seu mundo real.

Segundo o Professor Jose Odelso Schneider, (Globalização, 2003, pg 3) ser cidadão é ser o sujeito que, tendo direito à vida, tem acesso, além das necessidades básicas, a todos os outros níveis de sua existência, onde se incluem também acesso a todos os bens e serviços que podem ser adquiridos com o fruto do seu trabalho. O problema começa quando não há trabalho.

A inclusão social é um conjunto de ações, direitos e deveres no qual os indivíduos são possuidores legítimos e não podem transferir para outras

peças, ignorá-las e muito menos deixar de cumpri-las, pois ao fazermos parte de uma sociedade de pessoas, estamos comprometidos mutuamente.

O cidadão tem direito a emitir opinião, ser ouvido, ir e vir, votar e ser votado, discordar da opinião dos outros, ter liberdade religiosa e também tem o direito de ter acesso aos meios de produção ou ao trabalho, para poder se alimentar, construir sua moradia, e desenvolver suas atividades, ter possibilidade de receber educação, crescimento educacional e técnico, crescer profissionalmente, tornar-se um verdadeiro cidadão, orgulhoso de sua capacidade produtiva, para constituir sua família e ser feliz. Ao estado cabe fazer as suas atribuições estabelecidas pela própria constituição, para todos os cidadãos, principalmente o acesso à saúde, à segurança e a educação.

A condição básica, para que uma pessoa tenha a sensação de cidadania é quando tem consciência dos seus atos e tem sua identidade reconhecida. Não existem duas pessoas iguais, sempre há algo que as diferencia. Mesmo morando num condomínio, onde a aparência externa das casas, que foram construídas de forma idênticas, com o tempo os moradores, farão alguma detalhe que as tornem diferentes, pois em cada indivíduo a visão do mundo e das coisas é diferente. Da mesma forma, o tratamento que as pessoas desejam receber também é diferente de pessoa para pessoa. A totalidade das pessoas, principalmente as pessoas excluídas, também agem assim, gostariam muito de participar do processo de decisão sobre suas vidas, através de acesso ao trabalho, porém o que se lhes apresenta, quase sempre é uma solução provisória para os seus problemas.

Mesmo com todo o esforço feito pelos órgãos públicos, através de programas sociais atualmente desenvolvidos e das frentes de trabalho, as pessoas tem a nítida sensação de que realmente é um inválido social ou um peso social, pois não tem como enfrentar ou competir neste mercado de trabalho, onde até as pessoas preparadas tem dificuldades para conseguir um emprego.

O grande risco da manutenção deste modelo assistencialista é a perpetuação do mesmo, e induzir as pessoas a aderir ao programa e não se preocupar em achar uma saída, se conformar que é muito difícil mudar e gerar cada vez mais necessidade de recursos financeiros para a manutenção de uma população à margem da sociedade. Estes recursos financeiros certamente serão advindos da cobrança de tributos, que por sua vez encarece os preços dos produtos e desestimula a geração de novos postos de trabalho.

O grande desafio é transformar o estado, neste ensaio, o estado será representado pela Prefeitura, de órgão com função assistencialista e paternalista em um verdadeiro órgão impulsor e gerador de oportunidades de inclusão social. No município é onde ocorrem os fatos sociais, onde as pessoas moram e onde elas precisam de trabalho. Este impulso poderá ser realizado através de cooperativas de trabalho, que se estimuladas e oportunizadas se tornarão realidade. O prefeito é a autoridade máxima e deve ser o líder a propor estas iniciativas, juntamente com os demais órgãos representativos da comunidade.

2 . O Problema.

Como e de que forma oportunizar acesso ao trabalho e renda (inclusão social) para as pessoas em desvantagem competitiva, dentro de cada comunidade, através da criação de cooperativas, com a participação direta da prefeitura e outros órgãos da comunidade?

Quem, além da prefeitura, teria como oportunizar a contratação destas cooperativas?

Seria possível criar um conselho municipal de desenvolvimento social e econômico para oportunizar a organização e apoio as cooperativas, ou utilizar as estruturas já existentes para tal finalidade?

A iniciativa privada poderia oportunizar tarefas para estas cooperativas:

Qual a capacidade teria uma cooperativa, de competir ou de se estabelecer com grupos econômicos já estabelecidos?

A prefeitura pode criar condições para que estas cooperativas, legalmente constituídas, concorram em licitação pública?

Haverá necessidade de modificações de algumas leis municipais, com relação às licitações e contratações de cooperativas de trabalho, principalmente com relação ao ministério público do trabalho, que tem agido com muito rigor nesta área?

Necessidade da conscientização coletiva, de que estes projetos, visam redistribuir renda dentro da própria comunidade e movimentar a economia local?

3. A situação atual do problema:

A competição no mercado globalizado é um fato real.

O constante ingresso de novos postulantes a postos de trabalho, agregado à qualificação tecnológica, faz com que a cada dia aumenta o número de pessoas, de baixa qualificação, excluídas do mercado de trabalho.

Se não forem criadas condições para que estas pessoas se auto-sustentem, o poder público se obriga a manter inúmeros programas sociais, que são legítimos, porém temporários e as vezes não trazem nenhum retorno para a sociedade. A tendência é a necessidade de mais impostos, para mantê-los em condições humanas de dignidade.

Qualquer que seja a atividade desenvolvida por estas cooperativas, é necessário que lhe seja assegurada a contratação dos seus serviços, ou que sua produção seja comprada pelo órgão público, caso contrário a mesma não poderá competir com os grupos econômicos.

Como o mundo está globalizado, tanto na produção como no consumo, os problemas locais, devem ser resolvidos com soluções locais. Cada vez mais, tornam-se necessários que as comunidades, tomem a iniciativa para criar normas, regras e soluções locais, para solucionar os seus problemas, pois são diferentes do município vizinho.

O primeiro e grande problema a ser resolvido é a inclusão social através do acesso ao trabalho, e neste aspecto o Estado, a União e dos demais órgãos envolvidas na questão deve não interferir ou interferir o mínimo possível. O autor acredita que estamos nesta situação hoje, devido ao excesso de órgãos, leis, decretos, portarias, recomendações, jurisprudências, acordão e outras tantas burocracias, que não resolveram o problema e só criaram dificuldades

para que as pessoas trabalhem auferindo renda e fazendo a sua inclusão social.

Como a proposta é a criação de cooperativas de trabalho, que são regulamentadas pela Lei 5764 de 16.12.1971, não haverá nenhum problema legal.

4. Propostas para amenizar a exclusão social local.:

1 - Criação de cooperativas de trabalho, obedecendo todos os requisitos legais. Reunião dos candidatos à sócios, realização de assembleias para discutir e explicar a todos, os detalhes de como é o modelo cooperativo, onde todos os membros são sócios proprietários. Esclarecer que não existe subordinação e muito menos vínculo empregatício e que sua renda é o resultado de sua produção. Necessidade de regramento através dos estatutos sociais, participação econômico dos seus membros, adesão livre o voluntária e gestão democrática com eleição dos sócios para os cargos eletivos e prestação permanente das contas aos demais sócios. Eliminação definitiva das falsas cooperativas, que mancham o cooperativismo e que as cooperativas somente terão sucesso se os seus sócios assumirem o risco do negócio.

2 - Criação de um conselho municipal de desenvolvimento social e econômico para acompanhar e planejar novos projetos, dar assessoramento às cooperativas e fazer manter interação permanente com a prefeitura.

3 - Encaminhamento para a Câmara de Vereadores local, projetos de leis, mudando ou criando leis que oportunizem as cooperativas locais e competir e concorrer em licitações públicas.

4 – Realização de licitação para a coleta do lixo do município pela cooperativa criada. Esta cooperativa de trabalho fará todo o processo, desde o recolhimento, separação entre lixo seco e orgânico, sua reciclagem. Implantação de infra-estrutura funcional, desde veículos e máquinas e o destino adequado do lixo.

5 - Comercialização dos produtos da reciclagem do lixo e com produção de material de construção, o qual reverterá em recursos a ser utilizados, para a criação de uma cooperativa habitacional. Licitação para confecção dos buracos para a colocação de manilhas, para fazer toda a canalização do esgoto residencial e cloacal da cidade. A própria produção das manilhas ou outro tipo de material de canalização que vier a ser utilizado também será produzido por uma cooperativa de produção.

6 - O autor cita apenas estes exemplos para mostrar a viabilidade desta proposta. A questão do lixo, que é produzido diariamente e a questão do saneamento básico das cidades, que são poucas que possuem sua total canalização, podem iniciar a verdadeira inclusão social, dos menos favorecidos, através do trabalho, única forma que pode dignificar as pessoas,

através do modelo cooperativo. O Prefeito, autoridade máxima local, é o elemento chave em todo este processo, que também poderá ter a participação decisiva das forças políticas e representativas locais. Isto não é utopia mas sim um desafio, um projeto para o futuro, pois como sabemos, a escassez dos recursos será o nosso companheiro inseparável daqui em diante. Portanto vamos bem utilizar o que ainda temos e planejar se teremos trabalho para todos, uma vez que crescemos desordenadamente e não temos planejamento familiar efetivo.

BIBLIOGRAFIA:

PERIUS, Vergílio. Cooperativas de Trabalho – manual de organização – São Leopoldo-RS: Editora Unisinos 2º ed. 1999. Perspectiva Econômica, vol.32, nº 97, série cooperativismo, 41, 1997, 223p.

PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e Lei, São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2001, 351p.

SPRITZER, Nelson. O novo cérebro – como criar resultados inteligentes. Porto Alegre: L&PM, 7º ed. 1997. Edição Dolphintech. 193p.

SPRITZER, Nelson. Ferramentas de gestão de mudanças para empreendedores. Porto Alegre: Dolphintech, 2003. 111p.

SEMLER, Ricardo. Você está louco – uma vida administrada de outra forma. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006 (administração x negócios), 255p.

SEMLER, Ricardo. Virando a própria mesa. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2002 (administração x negócios), 231p.

HANDY, Charles. Deuses de administração – como enfrentar as constantes mudanças da cultura empresarial. São Paulo: Editora Saraiva, 3º ed. 2003, 272p.

DOWBOR, Ladislau. O mosaico partido – a economia além das equações. Editora Vozes, 2000.

DOWBOR, Ladislau. O poder local – A política de apoio ao desenvolvimento local. Site: Ladislau Dowbor (última atualização 21.01.2008) textos em artigos do site.

SCHNEIDER, José Odelso. Globalização, desenvolvimento sustentável e cooperativismo. III encontro de investigadores latino americano de cooperativismo. Unsinos – São Leopoldo, 2004.